

# **Adopção do Sistema Governo Semipresidencialista em Timor-Leste Na Perspetiva Direito Constitucional**

**Pelo**

**Adino Nunes Cabral., S.H**

(Estudante Semestre II Magistrado de Direito UNPAZ)

Email : [nunes\\_luarai@yahoo.com](mailto:nunes_luarai@yahoo.com)

## **I. Antecedente**

O início da nova Estado Democrático em Timor-Leste nasceu em 2002, é como segunda república quando conquistámos a nossa independência e adoptámos o princípio do Estado de Direito Democrático como princípio fundamental do Estado. Ao mesmo tempo, adoptámos o semipresidencialismo como o sistema de governo.

A opção traduzia-se, por uma preferência pela efetiva separação dos poderes entre os órgãos de soberania do Estado. A institucionalização e a legitimação destes poderes dão-se através do sufrágio universal como instrumento democrático. Neste ponto, Timor-Leste adoptou cultura do multipartidarismo ou pluralismo político na sua sistema democracia.

O termo “semipresidencialismo” apareceu pela primeira vez em 1959, usado por um jornalista e fundador do Le Monde Daily chamado Hubert Beuve-Méry. Academicamente, o conceito de semipresidencialismo foi apresentado e elaborado pela primeira vez pelo autor de ciência política francês, Maurice Duverger, em 1970. Este conceito foi então refinado em 1974 e 1978.<sup>1</sup>

Numa definição inicial em 1970, Duverger definiu o semipresidencialismo como um regime caracterizado pelo facto de o Chefe de Estado ser eleito directamente através de uma eleição universal (*universal suffrage*) e deter certos poderes que excedem os de um chefe de estado num regime parlamentar típico. Incluídos na categoria de Duverger estão países como Áustria, Finlândia, França e Irlanda.

---

<sup>1</sup>Robert Elgie, *The Politics of Semi-Presidentialism* dalam Robert Elgie (ed), *SemiPresidentialism in Europe* (Oxford: Oxford Uni Press, 1999).

Em 1974 Duverger então mudou sua definição acima em relação ao semipresidencialismo, e disse que o semipresidencialismo é um regime que possui três características são :

1. O Presidente é eleito em eleição (direta ou indireta);
2. Junto (pode ser lado a lado ou cara a cara) com o Presidente, há um Primeiro-Ministro e Ministros que governam por mandato parlamentar;
3. O Presidente pode dissolver o parlamento.

Em 1978, Duverger atualizou novamente a definição de semipresidencialismo. Esta definição de 1978 tornou-se mais tarde a definição padrão de semipresidencialismo. De acordo com um regime político, pode ser denominado semipresidencialismo se a sua constituição estabelecer três elementos, são :

1. O Presidente da República é eleito em eleições gerais;
2. O Presidente tem fortes poderes;
3. Em frente a ele, há um Primeiro-Ministro e Ministros que detêm o poder executivo e o poder governamental e só servem se o parlamento não tomar posição em oposição a eles.

O estudo de Robert Elgie constatou que o considerado o primeiro país que adotar um sistema semipresidencialista na sua constituição foi a Finlândia, em 17 de julho de 1919. Depois da Finlândia, o segundo país que adotar esse sistema foi a República de Weimar, na Alemanha. Na década de 1960, havia cinco países com constituições semipresidencialistas. A adoção de um sistema semipresidencialista atingiu o seu auge (*puncak*) na década de 1990, juntamente com a onda de democratização. E Só entre 1990 e 1992, 29 países adotaram constituições semipresidencialistas.<sup>2</sup>

O semipresidencialismo que surgiu na Quinta República Francesa tinha basicamente um carácter “diárquico” porque havia um “executivo liderado por duplo poder”: o Presidente e o Primeiro-Ministro eram ambas figuras importantes. No entanto, a natureza desta dirarquia ainda pode ser chamada de dirarquia hierárquica. A presidência costuma ser muito forte nos estágios iniciais de um regime, enquanto o governo do PM aparece com regularidade.

Um dos fenômenos mais interessantes de sistemas semipresidencialistas é a coabitação, por se tratar de um fenômeno exclusivo do sistema semipresidencialista. Quando presidente e

---

<sup>2</sup>Robert Elgie, *Semi-presidentialism: An Increasingly Common Constitutional Choice*, dalam Robert Elgie, Sophie Moestrup dan Yu-Shan Wo, *Semi-Presidentialism and Democratization*, (Pelgrave, MacMillan: New York, 2011), Pag. 8-9.

primeiro-ministro são de partidos opostos - não apenas diferentes<sup>3</sup>, e não existe nenhum representante do partido do presidente na composição do gabinete, encontramos o fenômeno da coabitação<sup>4</sup>. Esta disputa/compartilhamento de poder é considerada muitas vezes o “calcanhar de Aquiles” do semipresidencialismo, pois a disputa de poderes entre o presidente e o primeiro-ministro pode gerar tensões, pois o compartilhamento de poder nem sempre ocorre de maneira equilibrada. Em democracias estabilizadas, estas tensões podem se transformar em uma disputa de forças políticas, podendo levar a uma paralisação na execução de políticas públicas ou mesmo à dificuldade votar o orçamento anual. Já em democracias pouco consolidadas, essa dupla legitimidade do poder, associada a um presidente forte, de acordo com Francesco Cavatorta e Robert Elgie<sup>5</sup>, é provável que conduza a um colapso no estado de direito, conforme o presidente decide por decreto ou a ou a um impasse entre o presidente e o legislativo que encoraja os militares intervirem para romper o impasse”.

## **II. Formação do Problema**

Apenas ter uma questão levantada para ser analisado academicamente para entender a implementação do sistema semi-presidencialista em Timor-Leste entretanto apresento uma questão como : **“Qual é e Como a Implementação do Sistema Governo Semi-presidencial em Timor-Leste...??”**

## **III. Análise**

Da explicação da teoria de Maurice Duverger acima, pode-se dizer que o sistema de governo semi-presidencialista não está totalmente implementado em Timor-Leste, a Constituição da República não regula em detalhe o sistema de governo semi-presidencialista. Na prática, o Presidente da República é eleito diretamente, como chefe de Estado, símbolo e como comandante supremo das forças armadas. Existe uma divisão e separação de poderes entre o Presidente da República e o Primeiro-Ministro. O Primeiro-Ministro e o seu Gabinete dependem

---

<sup>3</sup> SHUGART, Matthew Soberg; SAMUELS, David. Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior. New York: Cambridge University Press, 2010.

<sup>4</sup> ELGIE, Robert; MCMENAMIN, Iain. Explaining the Onset of Cohabitation under Semi-presidentialism. Political Studies, 2001. Disponível em: . Acesso em: 17 setembro 2017. SARTORI, Giovanni. Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives, and Outcomes. London: McMillan, 1994. E SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

<sup>5</sup> CAVATORTA, Francesco; ELGIE, Robert. The Impact of Semi-Presidentialism on Governance in the Palestinian Authority. Parliamentary Affairs, v. 63, n. 1, p. 22–40, 2010.

do poder político no Parlamento através do partido que ganha as eleições (partido mais votado) ou da aliança da maioria parlamentar. O Presidente tem autoridade para dissolver o Parlamento.

Segundo a teoria do autor Maurice Duverger procedeu-se uma análise jurídica constitucional à Constituição da República encontrados as normas seguintes :

O Presidente da República é o Chefe do Estado, símbolo e garante da independência nacional, da unidade do Estado e do regular funcionamento das instituições democráticas, o Comandante Supremo das Forças Armadas. É eleito por sufrágio universal, livre, directo, secreto e pessoal, segundo os Artigos 74.<sup>0</sup> e 76.<sup>0</sup> CRDTL.

Como mencionado supra, relativamente a teoria do Montesquie sobre trias política que em sistema de governo estadual, os três tipos de poder devem ser separados, tanto no que diz respeito às funções (tarefas) e quanto aos órgãos que realizam são entre os poderes executivo, legislativo e judiciário.<sup>6</sup>

Montesquieu afirmou que a independência só pode ser garantida se as três funções de poder não forem exercidas por uma pessoa ou órgão, mas por três pessoas ou órgãos distintos. Ele disse que "se o poder legislativo e o poder executivo estão unidos em uma pessoa ou em um órgão governante, então não haverá independência.

O conteúdo dos ensinamentos de Montesquieu trata da separação do poder, que mais conhecida como *trias politica*, termo dado por Immanuel Kant.<sup>7</sup>

Segundo o Sir. Ivon Jennings a separação de poderes é dividida em duas partes nomeadamente a separação de poderes no sentido material e a separação de poderes no sentido formal. Segundo Jennings, a separação de poderes no sentido material é a separação de poderes no sentido de que a divisão de poderes se mantém firmemente nos deveres do Estado o que mostra claramente a separação de poderes em três partes, legislativo, executivo e judiciário. Enquanto isso, a separação de poderes no sentido formal (*formil*) ocorre se a divisão de poderes não for mantida adequadamente rigoroso.<sup>8</sup>

Entretanto foi reforçado pela opinião de Ismail Suny no seu livro sobre ***Pergeseran Kekuasaan Eksekutif*** que traz conclusões sobre a separação de poderes, nomeadamente que a separação de poderes no sentido material deveria ser chamada de *separation of power* (*pembagian kekuasaan*). Enquanto, a separação de poderes no sentido formal (*formil*) deveria ser conhecido como distribuição de poderes (*division of power*).<sup>9</sup>

---

<sup>6</sup>Fitra Arsil, 2017, *Teori Sistem Pemerintahan Pergeseran Konsep Dan Saling Kontribusi Antar Sistem Pemerintahan Di Berbagai Negara*, Depok, PT. RajaGrafindo Persada, Pag. 7.

<sup>7</sup> Miriam Budiardjo, 2008, *Dasar-dasar Ilmu Politik*, Jakarta, PT Gramedia Pustaka Utama, Pag. 283.

<sup>8</sup> C.S.T.Kansil, 1984, *Hukum Tata Pemerintahan Indonesia*, Jakarta Timur, Ghalia Indonesia, Pag. 79-80.

<sup>9</sup>Vide, Ibidem, Pag.80

Na Constituição da República Artigos 67.<sup>0</sup> e 69.<sup>0</sup> que disse são órgãos de soberania o Presidente da República, o Parlamento Nacional, o Governo e os Tribunais. Os órgãos de soberania, nas suas relações recíprocas e no exercício das suas funções, observam o princípio da separação e interdependência dos poderes estabelecidos na Constituição. Enquanto vimos a teoria dos autores – Montesquieu, Sir. Ivon Jennings e Ismail Suny, Timor-Leste adopta separação de poder no sentido formal (*formil*) que se provados que os órgãos soberania nos exercícios das funções de Estado tenham relações recíprocas e interdependência entre os outros.

Entretanto no poder executivo existe **“dirarquia hierárquica”** é o Presidente da República e o Primeiro Ministro no exercício das funções. O Presidente da República como Chefe do Estado enquanto o Primeiro Ministro como o Chefe de Governo ou existe funções presidenciais e governativas, segundo os Artigos 74.<sup>0</sup>, 104.<sup>0</sup> e 105.<sup>0</sup> da Constituição da República.

O Primeiro-Ministro e o seu Gabinete dependem do poder político no Parlamento através do partido que ganha as eleições (partido mais votado) ou da aliança da maioria parlamentar. No sistema política em Timor-Leste a formação do Governo depende a força política (assento) que existe no Parlamento Nacional. No Artigo 106.<sup>0</sup> CRDTL, disse “que O Primeiro-Ministro é indigitado pelo partido mais votado ou pela aliança de partidos com maioria parlamentar e nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos políticos representados no Parlamento Nacional”. No mesmo na Constituição da República Alinea d) do Artigo 85.<sup>0</sup> que “Nomear e empossar o Primeiro-Ministro indigitado pelo partido ou aliança dos partidos com maioria parlamentar, ouvidos os partidos políticos representados no Parlamento Nacional”. Isto significa que o Governo depende da força política ou maioria assento no Parlamento Nacional.

Para além de a formação do Governo mencionado supra, enquanto relativamente a responsabilidade do Governo deveria responde perante o Presidente da República e o Parlamento Nacional pela condução e execução da política interna e externa, elaboração do seu programa submetido para à apreciação do Parlamento Nacional, solicitação de voto confiança ao Parlamento Nacional. Entretanto o Parlamento Nacional tem o voto de moções censura ao Governo sobre a execução do seu programa ou assunto relevante interesse nacional. Vide a Constituição da República nos Artigos 107.<sup>0</sup>, 108.<sup>0</sup>, 109.<sup>0</sup>, 110.<sup>0</sup> e 111.<sup>0</sup>.

O Presidente tem autoridade para dissolver o Parlamento. Na Constituição da República Alinea f) Artigo 86.<sup>0</sup> disse “Dissolver o Parlamento Nacional, em caso de grave crise institucional que não permita a formação de governo ou a aprovação do Orçamento Geral do Estado por um período superior a sessenta dias, com audição prévia dos partidos políticos que nele tenham assento e ouvido o Conselho de Estado, sob pena de inexistência jurídica do acto de dissolução, tendo em conta o disposto no artigo 100.<sup>0</sup>.” isto significa que o Presidente da República antes de dissolver o Parlamento Nacional deve ter previa audição dos partidos políticos que nele tenham assento e ouvido o Conselho de Estado.

Entretanto adicionalmente vimos a relação do Presidente da República e o Parlamento Nacional na prática no nosso sistema jurídico constitucional que relacionado sobre o assunto da promulgação e veto no Artigo 88.<sup>0</sup> é no prazo de trinta dias contados da recepção de qualquer diploma do Parlamento Nacional para ser promulgado como lei, o Presidente da República promulga-o ou exerce o direito de veto, solicitando nova apreciação do mesmo em mensagem fundamentada e se o Parlamento Nacional, no prazo de noventa dias, confirmar o voto por maioria absoluta dos Deputados em efetividade de funções, o Presidente da República deverá promulgar o diploma no prazo de oito dias a contar do dia da sua recepção.

Segundo a Constituição da República, vimos a competência do Parlamento Nacional No 3) da Alinea h) Artigo 95.<sup>0</sup> sobre Dar assentimento à deslocação do Presidente da República em visita de Estado e a Alinea k) sobre Propor ao Presidente da República a sujeição a referendo de questões de interesse nacional. O Presidente da República antes de realizar a viagem do Estado deve ter a autorização ou assentimento do Parlamento Nacional e foi também reforçado por Artigo 80.<sup>0</sup> sobre ausência. E uma outra sobre a proposta da questão referendo apresentado pelo Parlamento Nacional.

Relacionado a renúncia ao mandato o Presidente da República poderá dirigida a mensagem ao Parlamento Nacional. Enquanto o assunto do Morte, renúncia ou incapacidade permanente, Substituição e interinidade – é no caso Morte, renúncia ou incapacidade permanente do Presidente da República as funções assumidas pelo Presidente do Parlamento Nacional. E Presidente Parlamento Nacional que toma a posse do Presidente da República perante os deputados. Enquanto durante o impedimento do Presidente da República assumirá funções o Presidente do Parlamento Nacional, vide os Artigos 81.<sup>0</sup>, 82.<sup>0</sup> e 84.<sup>0</sup> da Constituição da República. Demonstra que quando surgiu algo indesejável sobre a posição do cargo do Presidente da República e as suas competências poderão substituídos e exercidos pelo poder legislativo é do Presidente do Parlamento Nacional.

Entretanto relativamente a questão de coabitação, segundo o Rui Graça Feijó que os resultados das eleições de 2002 mostraram que não há coabitação como se define a propósito do conceito de semipresidencialismo, pois o Presidente da República eleito naquela altura não era filiado em nenhum partido, sendo antes um líder da resistência para a independência, enquanto o Primeiro-Ministro foi nomeado pela FRETILIN como partido mais votado (FEIJÓ, 2014, p. 137).

O caso de Timor-Leste não pode ser considerado como um exemplo de coabitação, de acordo com a definição clássica do sistema semipresidencialista, uma vez que o Presidente da República não era membro de um partido. (FEIJÓ, 2014, p. 137). Portanto, não existiu uma coabitação partidária, mas uma rivalidade entre elites políticas da resistência. Por seu lado, Elgie e Moestrup consideram que Xanana Gusmão constituiu um importante contrapeso ao poder executivo do Governo monopartidário e desempenhou o papel de árbitro em numerosas ocasiões (FEIJÓ, 2014, p. 141). Ora, esta rivalidade culminou com a crise política de 2006 que causou

instabilidade política e governativa, com a demissão de Mari Alkatiri e a sua substituição como Primeiro-Ministro por Ramos Horta, em junho de 2007.

Na eleição de 2007, na segunda volta das eleições presidenciais, Ramos Horta, apoiado pela maioria dos partidos que, na altura, constituíam uma maioria Parlamentar, saiu vencedor. Este período também não se considera como coabitação, porque o Presidente da República e o Primeiro-Ministro são oriundos de um partido, ou de uma coligação que se apoiaram mutuamente. Assim, durante o mandato do Presidente.

Nas eleições presidenciais de 2012, Xanana Gusmão e o seu partido, o Congresso Nacional da Reconstrução de TimorLeste (CNRT) apoiaram Taur Mata Ruak como candidato independente. Esse apoio tinha como condição uma consolidação de forças políticas, tanto nas eleições presidenciais, como nas legislativas. Taur Matan Ruak ganhou a eleição presidencial e o CNRT ganhou as eleições legislativas. O CNRT, como partido mais votado, formou coligação com o Partido Democrático e com a Frente Mudança, assegurando, assim, um total de 40 assentos para o bloco de coligação dos três partidos. Por fim, a harmonia entre Taur Matan Ruak e Xanana Gusmão continuou com a formação do V Governo Constitucional e a nomeação Xanana Gusmão como Primeiro Ministro.

Neste caso, foi o próprio Primeiro-Ministro que destabilizou a sua governação, através da sua demissão. O Presidente da República Taur Matan Ruak aceitou oficialmente a demissão do Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, mas também aceitou a proposta do partido mais votado, o CNRT, para indigitar para o cargo de Primeiro-Ministro Rui Maria Araújo. A partir daí começou uma nova relação entre Xanana Gusmão e Mari Alkatiri e também uma nova postura política entre a FRETILIN e o CNRT.

Concetualmente, esse novo período não foi de coabitação, mas a relação entre Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak nem sempre foi pacífica durante os seus mandatos, atendendo à rivalidade iniciada com a decisão de exoneração do Chefe de Estado Maior das Forças Armadas — Lere Anan Timur — e a discórdia quanto às opções do Governo.

Em 2017, mesmo existindo uma rivalidade com a FRETILIN de Mari Alkatiri, tal não impediu Xanana Gusmão de dar o seu apoio ao candidato Francisco Guterres Lú-Olo nas eleições presidenciais de 2017. Nas posteriores eleições de 2017, Lú-Olo saiu vencedor das presidenciais e a FRETILIN ganhou as legislativas. O CNRT ficou como o segundo partido com mais assentos no Parlamento Nacional. Esta rivalidade política e os conflitos entre Governo, o seu bloco parlamentar e a oposição causaram muita instabilidade política e governativa, tendo por fim, o Presidente da República decretado a dissolução do Parlamento Nacional e convocado eleições antecipadas através do Decreto do Presidente da República n.º 7 /2018 de 7 de fevereiro (Jornal da República, 2018).

Nas eleições antecipadas de 2018, a Aliança de Mudança para o Progresso (AMP) constituída pelos partidos CNRT, PLP e Khunto, venceu as eleições legislativas com maioria

absoluta. Esta coligação foi um sinal de que a rivalidade entre Xanana Gusmão e Taur Matan Ruak já não existia. No entanto, reflexo da ideia de coabitação, Lú-Olo passou a ser o novo rival político da AMP, mesmo que anteriormente tivesse sido apoiado por Xanana Gusmão. Na sequência das eleições antecipadas, a AMP ganhou e propôs Taur Matan Ruak como Primeiro-Ministro. Seguidamente, o Presidente da República nomeou e indigitou o Primeiro-Ministro. Porém, recusou-se a dar posse a 11 membros do VIII Governo Constitucional, alegando que estariam envolvidos em processos judiciais.

A rivalidade do Presidente da República com o Governo não abrangeu só a questão política, mas também a constitucional. Por exemplo, o Presidente da República, em 2018, vetou o Decreto do Parlamento Nacional n.º 3/V — primeira alteração à Lei n.º 13/2005, de 2 de setembro, Lei das Atividades Petrolíferas, e, em 2019, vetou a proposta da lei orçamento geral do Estado para 2019 (Media PR, 2018).

Estes episódios causaram uma situação de impasse político de quase dois anos. A questão clássica do semipresidencialismo — instabilidade governativa — aconteceu quando o Parlamento Nacional rejeitou a proposta de lei do orçamento geral do Estado para 2020. Este orçamento geral do Estado não foi aprovado, porque o maior partido da coligação (CNRT) absteve-se na votação, pelo que a proposta foi rejeitada com 13 votos a favor, 15 contra e 25 abstenções, quase todas da bancada do CNRT, maior partido do Governo (Agência Lusa, 2020).

#### **IV. Conclusão**

É assim depois de analisar a teoria dos autores e as normas previstos na Constituição da República, pode-se concluir que Timor-Leste, na implementação do seu sistema de governo, não adota puramente o sistema de governo semi-presidencialista, mas visa ou a tendência para sistema de governo parlamentar. Simplesmente, pode-se dizer que é o sistema de governo semipresidencialista com tendências para o sistema de Governo Parlamentar. A Constituição da República não definiu por claramente sobre o sistema do governo que é propriamente o Sistema Governo Semi-presidencialista como sistema governo do Timor-Leste.

Basicamente, os Sistemas de Governo que existem no mundo dividem-se em três, nomeadamente o Sistema de Governo Parlamentar, o Sistema de Governo Presidencial e o Sistema de Governo Misto, são Semipresidencialista ou Semiparlamentar. Cada um destes Sistemas Governamentais tem vantagens e desvantagens.

O Sistema de Governo Parlamentar tende a dar grande poder ao parlamento, de modo que o executivo fica muito dependente do Parlamento. Por outro lado, o Sistema de Governo Presidencial confere enorme poder ao Executivo como Chefe de Estado e Chefe de Governo, resultando diminuir a dependência ao parlamento (muito pequeno). Enquanto isso, o Sistema de Governo Misto é uma combinação de Sistemas de Governo Presidencial e Parlamentar. Se a



instituição executiva for mais dominante, é chamada de Semipresidencial, mas se o parlamento for mais dominante, é chamada de Semiparlamentar.

Indo diretamente à qualificação do sistema do governo Timor-Leste, é o semipresidencialismo a modalidade do sistema do governo que melhor se coaduna, além de o mais correspondendo a uma preocupação intermédia entre a tendência presidencialista e a tendência parlamentarista.

Como originalidade do sistema governo semipresidencial, cumpre mencionar o facto de o governo ser duplamente responsável perante o Chefe do Estado e perante o Parlamento, mesmo que essa responsabilidade não venha a ser formalmente consagrada, além da possibilidade real de uma heterodissolução parlamentar decretada pelo Chefe de Estado.

É a nossa conficção que o sistema timorenses pode ser apelidado de sistema semipresidencial, ao estarem presentes todas as características desse modelo, que são em si mesmas privativas do semipresidencialismo, mas também comuns dos sistemas presidencial e parlamentar<sup>10</sup>:

- ❖ Do sistema presidencial, acolhe a eleição direta do Chefe de Estado, assim como a atribuição ao Presidente da República de poderes reais da intervenção política, como veto legislativo ou a decretação do referendos, sem esquecer ainda o poder de ratificar tratados e a nomeação de diversos titulares de órgãos públicos;
- ❖ Do sistema parlamentar, recebe a diarquia no executivo, visto que se opera a absoluta distinção entre as funções presidenciais e governativas;
- ❖ Do sistema semipresidencial, integra o mecanismo da dupla responsabilidade do governo perante o Chefe de Estado e perante o Parlamento, além da faculdade de uma heterodissolução parlamentar.

Contudo a positivação constitucional destes dois últimos elementos – que de resto a prática constitucional só tem confirmado – apresenta-se imperfeita, porquanto se apõem limites substanciais que impede uma maior plenitude no exercíciios correspondentes poderes presidenciais, isso justificando ser **“um sistema de governo semipresidencial de tendência parlamentar”** :

- ❖ Em relação à dupla responsabilidade do Governo perante o Chefe de Estado e o Parlamento Nacional. O Chefe de Estado só pode demitir o governo no dramtismo da perturbação no normal funcionamento das instituições democráticas;
- ❖ Em relação ao poder de dissolução presidencial, assinala-se a severa limitação de o mesmo só poder ser efetivado em caso de grave crise institucional.

---

<sup>10</sup>Jorge Bacelar Gouveia, Direito Constitucional de Timor-Leste, Faculdade de Direito Universidade Nova Lisboa, Lisboa/Díli, 2012, Pag.424-425

Enquanto, relativamente a coabitação, resumindo que, desde a restauração da independência, apenas o IV Governo Constitucional durou até ao fim do seu mandato. Todos os outros vacilaram face à instabilidade governativa. A ideia de coabitação conseguiu acontecer Nas eleições antecipadas de 2018 a Aliança de Mudança para o Progresso (AMP) constituída pelos partidos CNRT, PLP e Khunto, venceu as eleições legislativas com maioria absoluta. Mesmo em fim aconteceu conflito política e constitucional que resulta uma situação de impasse político de quase dois anos.

**FIM**

## Referência Bibliografia

- ❖ CAVATORTA, Francesco; ELGIE, Robert. The Impact of Semi-Presidentialism on Governance in the Palestinian Authority. *Parliamentary Affairs*, v. 63, n. 1, p. 22–40, 2010.
- ❖ C.S.T.Kansil, 1984, *Hukum Tata Pemerintahan Indonesia*, Jakarta Timur, Ghalia Indonesia, Pag. 79-80.
- ❖ ELGIE, Robert; MCMENAMIN, Iain. Explaining the Onset of Cohabitation under Semi-presidentialism. *Political Studies*, 2001. Disponível em: . Acesso em: 17 setembro 2017.
- ❖ SARTORI, Giovanni. *Comparative Constitutional Engineering: An Inquiry into Structures, Incentives, and Outcomes*. London: McMillan, 1994.
- ❖ SHUGART, Matthew Soberg; CAREY, John M. *Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- ❖ Fitra Arsil, 2017, *Teori Sistem Pemerintahan Pergeseran Konsep Dan Saling Kontribusi Antar Sistem Pemerintahan Di Berbagai Negara*, Depok, PT. RajaGrafindo Persada, Pag. 7.
- ❖ Jorge Bacelar Gouveia, *Direito Constitucional de Timor-Leste*, Faculdade de Direito Universidade Nova Lisboa, Lisboa/Díli, 2012, Pag.424-425.
- ❖ Miriam Budiardjo, 2008, *Dasar-dasar Ilmu Politik*, Jakarta, PT Gramedia Pustaka Utama, Pag. 283.
- ❖ Robert Elgie, *The Politics of Semi-Presidentialism* dalam Robert Elgie (ed), *SemiPresidentialism in Europe* (Oxford: Oxford Uni Press, 1999).
- ❖ Robert Elgie, *Semi-presidentialism: An Increasingly Common Constitutional Choice*, dalam Robert Elgie, Sophie Moestrup dan Yu-Shan Wo, *Semi-Presidentialism and Democratization*, (Pelgrave, MacMillan: New York, 2011), Pag. 8-9.
- ❖ SHUGART, Matthew Soberg; SAMUELS, David. *Presidents, Parties, and Prime Ministers: How the Separation of Powers Affects Party Organization and Behavior*. New York: Cambridge University Press, 2010.

\*\*\*\*\*